

MEMORANDO INTERNO N º 137/2022

3765  
5

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

**Interessado:** F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP nº 42/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** em anexo, sobre o pedido de REEQUILÍBRIO DE PREÇO do item nº 63 – **CETOPROFENO 100 MG.**

Por fim, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo ao processo.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2022



**GEISIANE DOS SANTOS ARAÚJO**

Técnico Administrativo do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

10/08/2022

ASS: 

**Elton Rodrigo de Castro Garcia**

Assistente Jurídico

OAB/SP 309.076

## Licitações

**De:** André - Licitação <licitacao1@ffmed.com.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 9 de agosto de 2022 11:45  
**Para:** licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
**Assunto:** Solicitação de Realinhamento de Preços - Pregão 01/2022  
**Anexos:** NF Atual.pdf; NF Inicial.pdf; 1521.2022.pdf

3766  
f

### Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar  
Sinalizada

### Status do sinalizador:

item 63  
ARP: 42/2022  
P.E. 01/2022

Bom dia,

Segue **pedido de realinhamento de preços** para a licitação supracitada, referente ao **item Cetoprofeno 100mg.** Caso não seja o responsável e puder encaminhar ao setor deste agradeço.  
Em anexo ofício sobre o pedido e NOTAS FISCAIS para comprovação dos fatos.

Fico no aguardo do parecer e qualquer dúvida fico a disposição.

Att.

**André Cristiano Gruber**  
Depto. Licitação  
F & F Distribuidora de Medicamentos Ltda.  
Fone: (46) 2604 – 0154  
WhatsApp: (46) 99131-4466

Marcel dos Santos Cardoso  
Chefe do Setor de Licitação  
e Contratos CIOP  
RG: 42.187.155-3

OFÍCIO Nº 1521/2022

3767  
6

Pato Branco – PR, 09 de Agosto de 2022.

A  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP**  
Departamento de Compras/Licitação  
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

**REALINHAMENTO DE PREÇOS**

Ref.: Pregão nº 01/2022.

A empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 28.093.678/0001-85, sediada na cidade de Pato Branco, estado do Paraná, representada neste ato por seu representante legal, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, visando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato inicialmente celebrado entre a Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde, e a nossa empresa, solicitar o reajuste de preço para o item nº 63, **CETOPROFENO 100MG**, o que faz da forma que passa a expor:

- I. O item supracitado, cotado na marca/laboratório MEDLEY teve um aumento significativo em seu custo de aquisição, tornando onerosa a continuidade da execução do contrato nas condições inicialmente firmadas, justificando assim o presente requerimento.
- II. Objetivando a solução desta situação, a empresa gostaria de solicitar o realinhamento do preço contratado, com base nos termos do Artigo 65, inciso III, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93. Comprovando a variação dos custos do produto através das notas fiscais de aquisição do mesmo, dos períodos em que antecedem e que foi realizada a licitação, e do atual momento.
- III. Tabela de custos:

NF INICIAL	NF ATUAL	CUSTO INICIAL	CUSTO ATUAL	PREÇO REALINHADO
249734	754986	R\$ 0,541	R\$ 0,8594	R\$ 1,06

- IV. Assim, comprovada a ocorrência do aumento do custo, buscando restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro pactuado inicialmente entre os custos do produto e a justa remuneração para o fornecimento dele, o valor do reajuste solicitado para o item é o acima citado, levando em consideração todas as demais custas inclusas para a entrega do produto, conforme exigido no edital supracitado.
- V. Caso não seja possível atender ao solicitado neste ofício, gostaríamos de solicitar a nossa desistência no referido item, passando ao próximo colocado, uma vez que a manutenção do item no valor atual gera grande prejuízos a



Distribuidora de  
medicamentos

3768  
5

nossa empresa. A empresa pede consideração quanto a este pedido, uma vez que tal fato decorreu de evento totalmente alheio a nossa vontade, aplicando assim os permissivos legais e cabíveis.

Novamente deixamos aqui nosso pedido de desculpas pelo empecilho e ficamos à disposição para maiores esclarecimentos. Atenciosamente.

*Ricardo Caldart*

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Ricardo Caldart  
Representante Legal  
RG 9.071.350 7 SSP PR

28.093.678/0001-85<sup>1</sup>

F&F DIST. DE MEDICAMENTOS  
LTDA

Rua Genuino Piacentini, 59  
Santa Terezinha

[ 85506-220 Pato Branco PR ]



RECEBEMOS DE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 10/03/2021 VALOR TOTAL: R\$ 5.410,00 DESTINATÁRIO: F & F DISTRIBUIDORA DE MED LTD - R GENUINO PIACENTINI, 59 SANTA TEREZINHA PATO BRANCO-PR

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.249.734

Série 043

37698

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA

Rua Major Vicente de Castro, 2009  
Vila Fanny - 81030-020  
CURITIBA - PR Fone/Fax: 4133162000

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.249.734  
Série 043  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4121 0361 9402 9200 0218 5504 3000 2497 3410 1217 6941

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141210052214615 - 10/03/2021 21:38:29

NATUREZA DA OPERAÇÃO

**VENDA**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

1019815095

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

61.940.292/0002-18

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

**F & F DISTRIBUIDORA DE MED LTD**

ENDEREÇO

**R GENUINO PIACENTINI, 59**

MUNICÍPIO

**PATO BRANCO**

CNPJ / CPF

28.093.678/0001-85

DATA DA EMISSÃO

10/03/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

10/03/2021

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:40:01

Bairro / Distrito

**SANTA TEREZINHA**

CEP

**85506-220**

UF

FONE / FAX

**PR**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**9075853448**

FATURA / DUPLICATA

Num. 001  
Venc. 14/04/2021  
Valor R\$ 5.410,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

% DE CALC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
5,410,00	649,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.825,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	8.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.410,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

**SAO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI**

ENDEREÇO

**ROD BR CENTO E DEZESSEIS 27363**

FRETE

**0-Por conta do Rem**

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

15.488.297/0012-06

MUNICÍPIO

**CURITIBA**

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**9075302808**

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
134049	CETOPROFENO 100MG C 20 COMP MED POS GC& r Des: 58.00% 8020.00 Rep: 6.82% 395.00 27.65 Lote: AKP10004 Quant: 500 Fab: 01/09/2020 Val: 01/08/2022 pRedBC=33.33% FCI: D518412A-DBBE-4B6D-9255-4BA0DC89EC29	30049029	551	5102	CX	500,0000	27,6500	13.825,00	8.415,00	5.410,00	649,23		18,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: A06031 Rota: 511/100 Set: 00178 NF: 0000249734 D Aut.Func.: 1.03.129-5  
-Aut.Esp.Func.: 1.20.586-9 Lic.Sanit: 01.509/2020 PRACA DE PAGAMENTO: SAO PAULO-SP. IMP PARC  
DIFERIDO CF ART 28 RICMS/PR 324.57 CF ART 28 RICMS/PR (B.I. 012/15) Nao sujeito ST Conf Art125 Inc II  
Anexo IX AIDF N:21947301-41 de 20/02/2009. Formulários: 334 011.741 a 334 766.740 Lic.Sanit.Ciente:P-43/2020  
N.Pedido Ciente: 145478549 / Picklist: 0389051-71 N.Pedido Ciente: 145478549 / Picklist: 0389051-71  
Pedido: 145478549  
Cod.Ciente:A06031: Pedido:145478549

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE Servimed - Jacarezinho OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO.  
EMISSION: 27/05/2022 VALOR TOTAL: R\$ 34.377,36 DESTINATÁRIO: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R. PEDRO SOARES, 299  
VILA ISABEL PATO BRANCO-PR

NF-e

Nº. 000.754.986  
Série 001

3720  
5

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**Servimed - Jacarezinho**  
Rua Padre Mello, 854  
Centro - 86400-000  
Jacarezinho - PR Fone/Fax: 4335257398

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.754.986  
Série 001  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4122 0544 4631 5600 0770 5500 1000 7549 8617 6155 7046

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

**Venda merc.adq.receb.de terceiros**

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

**141220124075488 - 27/05/2022 21:03:52**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**9034717947**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**10027**

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

**44.463.156/0007-70**

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

**F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

CNPJ / CPF

**28.093.678/0001-85**

DATA DA EMISSÃO

**27/05/2022**

ENDEREÇO

**R. PEDRO SOARES, 299**

BAIRRO / DISTRITO

**VILA ISABEL**

CEP

**85504-317**

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

**27/05/2022**

MUNICÍPIO

**PATO BRANCO**

UF

FONE / FAX

**PR 04626040154**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**9075853448**

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

**21:03:35**

FATURA / DUPLICATA

Num. 001

Venc. 30/06/2022

Valor R\$ 34.377,36

CÁLCULO DO IMPOSTO

DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
34.377,36	4.125,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.760,02
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	26.382,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.377,36

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

**SAO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME**

FRETE

**0-Por conta do Rem**

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

**15.488.297/0012-06**

ENDEREÇO

**R JOSE ANTUNES FERREIRA 83**

MUNICÍPIO

**CURITIBA**

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**PR 9075302808**

QUANTIDADE

**26**

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

**36,000**

PESO LÍQUIDO

**36,000**

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ ICMS	ALÍQ IPI
172070	CETOPROFENO 100 MG 20 CP G MEDLEY . Rep: 6.82% R\$ 2516.14 D: 39.28 % Desc: 23866.52 PF:30.38 POS MON LT: CKP04671 614UN Val:31.03.2024 / LT:CKP04773 1386UN Val:31.03.2024 Lote: CKP04671 Quant: 614.000 Fab: 01/04/2022 Val: 31/03/2024 Lote: CKP04773 Quant: 1386.000 Fab: 01/04/2022 Val: 31/03/2024 pRedBC=0,00% FCT:D518412A-DBBE-4B6D-925 5-4BA0DC89EC29	30049029	551	5102	CX	2.000,0000	30,3800	60.760,02	26.382,66	34.377,36	4.125,49	0,00	18,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: Setor de Vendas: 1857 Valor da Base de Calculo do ICMS R\$ 34377.36 Aliquota do ICMS 18.00%  
Percentual do Diferimento Parcial do ICMS - 33.33% Valor total do ICMS - R\$ 6187.92 ( R\$ 34377.36 x 18.00% )  
Valor total do ICMS Diferido - R\$ 2062.43 ( R\$ 6187.92 x 33.33% ) Valor do ICMS Devido Destacado na NF - R\$  
4125.49 ( R\$ 6187.92 - 2062.43 ) Cliente:0001184890 Rota: FCAS Setor Terceiro: 7480 Vigilancia Sanitaria: 936  
Anvisa: 25351.583580/2017-65 Nome Fantasia: TOS LTDA OV: 2004011962 Remessa: 3003915360 Faturamento:  
4003857451 PEDIDO: OV24349231\_0 Anexo VII Art28, Anexo IX Art 125 - RICMS/PR Pedido: OV24349231\_0  
ROTA: FCAS  
SETOR ENTREGA: 7480  
xVan: FIDELIZE

RESERVADO AO FISCO



## PARECER JURÍDICO

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO  
ITEM 63 – CETOPROFENO 100MG**

### RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao ITEM 63 – CETOPROFENO 100MG, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 01/2022**, com solicitação juntada às **fls. 3.765/3.770**, alegando que: teve seu custo em mercado passado por um aumento imprevisível.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem

g B h





3782  
J

adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

JBL



O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para aquisitar bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

3784

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso, 06 meses**.

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

3785

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

3785





3786  
E

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevisível (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

JBL

3787  
6

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Em outro julgado, o Tribunal de Contas aduz da seguinte forma:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

gELH



3788  
~~3789~~  
8

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

**Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara**

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

**Acórdão: 2795/2013 – Plenário**

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993. Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

gBtk

3789  
3790  
8

**Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara**

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si só, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

3789  
3790  
8



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3790  
3791  
8

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Merece destaque o importante Princípio da Vinculação ao Edital, positivado no art. 5 da Lei 14.133/2021 e arts. 3 e 41 da Lei 8666/1993, segundo o qual impõe-se ao licitante e à Administração o dever de observância, de forma objetiva, das normas editalícias, de modo a evitar prejuízos, principalmente ao Princípio da Impessoalidade e Legalidade.

Hely Lopes Meirelles afirma que o edital (ou a carta-convite) é “a lei interna da licitação”, enfatizando que ele, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a administração que o expediu. Na mesma senda são os ensinamentos de Celso Spitzcovsky:

A existência desse princípio se justifica na medida em que, surgindo o edital como lei interna das licitações, a partir do instante em que suas regras se tornam públicas, tanto a Administração quanto os licitantes estarão a elas vinculados.

Dessa forma, nem o Poder Público poderá delas se afastar, estabelecendo, por exemplo, um novo critério de julgamento, nem os particulares participantes do certame poderão apresentar propostas, ainda que mais vantajosas, lançando mão de subterfúgios não estabelecidos no edital.

Isto posto, deve-se trazer à baila o que dispõe o edital do presente pregão, especificamente os itens 3.2 e 11.9.1: “realinhamentos de Preços não serão admitidos em Atas de Registro de Preços”, sendo tal posição de acordo com os termos do julgamento TCE/SP, Processo nº 00001135.989-8, 8ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno. Julgado em 24/03/2021, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de

DELK





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3791  
6

registro de preço e a proibição para realização de realinhamento, conforme decisão retro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e as cláusulas do edital.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

### "VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

gfh

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se

JEI



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3793  
B

considerar que "ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração".

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

gsk

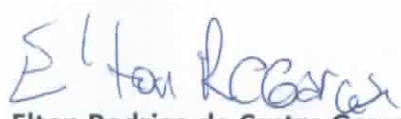





3794  
8

Presidente Prudente/SP, 1 de setembro de 2022.

  
Sérgio Ricardo Stuani  
Diretor Jurídico

  
Elton Rodrigo de Castro Garcez  
Assistente Jurídico

  
Julio Cesar Gratton Pagnoni  
Assistente Jurídico

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista  
Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



3817  
86

**MEMORANDO INTERNO Nº 162/2022**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Executiva

**Assunto:** Solicitação de Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

**Interessado:** F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP nº 42/2022

Após pedido de reequilíbrio econômico-financeiro de item às fls. 3.766/3.770 sobre o item nº 63 - CETOPROFENO 100 MG, ENTÉRICO, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.781/3.794, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 03 de novembro de 2022

  
**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

**DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Assunto:** Solicitação de Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022


**Interessado:** F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP nº 42/2022

Trata-se, às fls. 3.766/3.770, de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 63 - CETOPROFENO 100 MG, ENTÉRICO, alegando, em síntese, o aumento de preço do fármaco no período de vigência da Ata.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.781/3.794, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 28.093.678/0001-85, ARP Nº 42/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 03 de novembro de 2022



**Maria Heloisa da Silva Cuvolo**  
Diretora Executiva - CIOP



### DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de Item. Pregão Eletrônico nº 01/2022. Interessada: **F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 28.093.678/0001-85 - ARP nº 42/2022**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do **Item nº 63 - CETOPROFENO 100 MG**, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 03 de novembro de 2022.

